



ACÓRDÃO Nº716/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11398/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – Urucaraprev.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Romualdo Vicente Alves Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias – OAB/AM4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2020/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Romualdo Vicente Alves Filho, responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – Urucaraprev, exercício de 2020;
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. Romualdo Vicente Alves Filho, com fulcro no art. 163, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno desta Corte de Contas);
- 10.3. **Determinar** à atual e futuras gestões do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – Urucaraprev que observe com maior cautela os ditames da Lei nº 9.717/1998, mormente no que se refere ao encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, sob pena de imposição de multa por afronta ao art. 5º, XVI, “d” da Portaria MPS nº 204/08; art. 22 da Portaria MPS nº 204/08; e art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;



ACÓRDÃO Nº716/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Determinar** à próxima Comissão a ser designada para realizar inspeção no Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – Urucaraprev que apure a existência dos documentos que comprovem o encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia;
- 10.5. Dar ciência** ao **Sr. Romualdo Vicente Alves Filho**, bem como aos seus patronos, sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral